



Prefeitura Municipal de Maricá	
PROCESSO NÚMERO	11010/2024
DATA DE INICIO	06/05/2024
FOLHA	
RUBRICA	

Maricá, 04 de junho de 2024.

Processo nº: 11010/2024

Ao Pregoeiro e Equipe de Apoio
Pregão eletrônico nº 06/2024

Resposta acerca do Recurso interposto pela empresa AGIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.427.482/0001-54

A recorrente interpôs recurso contra o resultado do pregão em epígrafe, em síntese pelas razões que seguem:

A vencedora do certame é Pessoa Jurídica de Direito Privado Sem fins Lucrativos e está concorrendo no mercado formal com empresas na exploração de atividade econômica.

Alega que o Edital ao definir o objeto da licitação, o define como contratação de empresa especializada (...) e que a instituição sem fins lucrativos não se enquadra no conceito de empresa, pois não possui fins econômicos

Alega também a recorrente a inexecuibilidade da proposta apresentada pela licitante vencedora.

DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE E DA RECORRIDA

Realizado o reexame da documentação da licitante declarada vencedora do presente certame, tendo por base as alegações apresentadas pela Recorrente em sua peça recursal, passamos à análise dos fatos: Inicialmente, cabe destacar que a legislação não veda o exercício de atividade econômica por pessoa jurídica sem fins lucrativos desde que esteja relacionada com o cumprimento de seus fins estatutários sob pena de desvio de finalidade.

No tocante ao objeto do presente certame licitatório, embora o edital refira-se a



contratação de empresa, não se pode restringir o termo empresa, uma vez que o objeto é a prestação dos serviços continuados de apoio administrativo e a participação de instituições sem fins lucrativos encontra guarida no entendimento consolidado do Tribunal de contas da União acerca da possibilidade de instituições sem fins lucrativos poderem participar de licitações desde que seu objeto se harmonize ao da licitação e não se figurem na condição de OSCIPs. Nessa toada, não só é possível, uma associação sem fins lucrativos auferir lucro como, também, poderá participar de procedimento licitatório no âmbito da Administração Pública.

Ademais no tange a inexecuibilidade da proposta apresentada, não assiste razão tal manifestação, haja vista que, conforme já explicitado nas Contrarrazões do Pregoeiro às fls. 26/29, bem como pela Douta Procuradoria em seu parecer às fls. 30/38, A IN SEGES/ME 73 apresenta referências claras e objetivas quanto a indícios de inexecuibilidade, considerando indícios de inexecuibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração.

Considerando que o preço estimado para o lote 2 foi de R\$ 1.893.304,08 (um milhão oitocentos e noventa e três mil, trezentos e quatro reais e oito centavos) e o valor ofertado pela Recorrida foi de R\$ 1.356.467,76 (um milhão trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos), verificando-se que o percentual de desconto ofertado, não ultrapassa o disposto no instrumento legal para aferição de indícios de inexecuibilidade.

Diante do exposto, em consonância com as manifestações do Pregoeiro e Equipe de Apoio e da Procuradoria Geral do Município, opina-se pelo INDEFERIMENTO do presente recurso.

Carlos Vagner Azéredo Frauches

Secretário de Esporte e Lazer

Matrícula: 2123